

O Leitor e a Leitura: Liberdade ou Autoritarismo?

(Reader and reading: Freedom or Authoritarianism?)

João Carlos CATTELAN
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

*ABSTRACT: The belief that each reader can make individual meanings from a text has become very common in our area. Thus, statements such as **This is my reading** is found over and over again, demonstrating a personal concept of subject, who finds him/herself the final judge in the process of meaning construction. From the author's or his/her work authoritarianisms, that characterized certain moments in the history of reading, another authoritarianism, covered with pretense democratic values, has now emerged: that of the reader. It is against this almighty reader that this article is addressed.*

*RESUMO: É cada vez mais comum a crença de que cada um pode fazer a leitura que mais lhe parece adequada para o texto com que se depara. Assim, enunciados como **Esta é a minha leitura** têm aparecido com muita frequência, revelando uma concepção individualista de sujeito, que se acha elevado à condição de filtro final do processo de atribuição de sentidos. Dos autoritarismos do autor e da obra, que caracterizaram certos momentos da história da leitura, um outro autoritarismo, revestido de pretensos valores democráticos, agora se acha difundido: o do leitor.*

O LEITORE A LEITURA

É sobre a onipotência concedida a ele que versa este trabalho.

KEY-WORDS: culture, reading, meaning attribution.

PALAVRAS-CHAVE: cultura, leitura, atribuição de sentido.

INTRODUÇÃO^{1 2 3}

Num dos momentos em que tive que, por força da vida acadêmica, apresentar um trabalho para a academia, ocorreu um episódio que me pôs em crise, por uma série de razões. Sobre algumas delas é que gostaria de refletir aqui. O episódio

¹ Este artigo é mal comportado por, pelo menos, duas razões: a primeira se refere ao fato de que ele será escrito num estilo de linguagem usualmente chamado de pessoal, o que, no ver de algumas pessoas, compromete a objetividade e a cientificidade do trabalho. Entretanto me parece que o estilo de linguagem usado não garante a validade da afirmação feita e sim a possibilidade de verificação do seu conteúdo.

² A segunda razão do mau comportamento se relaciona com o fato de o texto ser escrito sem efetuar referência aos autores que lhe dão suporte teórico. Penso que, de duas, uma: ou quem lê sabe de onde vem a afirmação, porque leu o autor que é usado, e, neste caso, não é necessário citar; ou quem lê não sabe do que se está falando e, então, citar é uma perda de tempo. Acredito que, com as referências bibliográficas postas ao final, reconheço meus débitos e estou disposto a reconhecer qualquer outro que possa ser imputado a este trabalho. Nem sempre, pelo menos no meu caso, consigo saber se o que estou dizendo vem de outro que pensou da mesma forma que eu ou se vem de mim que estou pensando igual a ele.

³ Às vezes, a discussão sobre um problema se pauta nos autores que o abordaram, esquecendo-se de dar atenção ao tema e às teses discutidas. Espera-se ter a sorte de contar com leitores que discutam idéias e não pessoas.

a que me refiro aconteceu, quando um texto meu foi lido por uma pessoa e, à contra-argumentação que eu apresentava em relação à leitura que ela fazia de uma passagem, usou como argumento final a afirmação *esta é a minha leitura*. Se é preciso admitir que as pessoas possam reduzir tudo à *sua* leitura (individual, peculiar e idiossincrática), me parece que, por decorrência, não resta ao produtor do texto (desde que ele cumpra a exigência de levar em consideração as marcas disseminadas na superfície textual) nenhuma possibilidade de ratificação sobre, pelo menos, alguns dos efeitos de sentido que pretendeu produzir, ficando o texto à mercê dos leitores, que poderiam fazer o que quisessem. Contra o já desacreditado poder da obra de ser a referência de determinação dos seus sentidos e contra a possibilidade de o autor ser o ingrediente final para a estipulação dos sentidos que um texto possui, este tipo de afirmação parece defender a crença de que cabe aos leitores determinarem o rumo que melhor atenda aos seus propósitos, sugerindo um pragmatismo radical, que pensa que os textos cumprem a mera função de estar à disposição dos seus leitores, instituindo, com isso, um autoritarismo sobre o sentido, que não mais se fundamenta sobre a obra ou o seu autor, mas no terceiro elemento do tripé que concebe a linguagem como interativa: o leitor. Não se pretende, é bom que se alerte desde o início, que um texto tenha um sentido só, mas também não se acredita que ele seja um conjunto de sinais fluidos e sem nexos ou que o autor, tão logo ponha um final ao conjunto de recursos de que se valeu, seja irrelevante para que o texto cumpra a sua função comunicativa, realize o jogo de atuação a que se propõe e obtenha a realização do ato que tem em vista. A afirmação *esta é a minha leitura* parece vir carregada de um autoritarismo (suposta ou pretensamente carregada de valores democráticos) que deve ser posto sob suspeita, sob pena de se

O LEITORE A LEITURA

contribuir para a radicalização de certos valores sociais que, hoje, dada a corrosão ou a perda de certos princípios de civilidade, permitem centrar em focos individuais os parâmetros de julgamento sobre o que se pode ou não fazer. Parece que se transfere para a linguagem e no trato com relação a ela aquilo que, em definitivo, tem uma origem social e histórica. Por fim, se, no bojo desta afirmação, se defende que a linguagem é forma de interação, quando se centra no leitor a autoridade sobre o sentido do texto, dois dos pólos cruciais para esta concepção estão sendo desconsiderados: o autor e a obra. É sobre este prisma, sumariamente alinhavado, que se tecerão algumas reflexões.

ALGUNS EXEMPLOS

Valendo-me de alguns episódios de ocorrências de conversação, nos quais o texto permite mais de uma leitura, o que pode ser comprovado pela própria produção da seqüência de enunciados pelos interlocutores, pretendo mostrar como, às vezes, um texto parece permitir mais de uma leitura e como, neste caso, para precisar o sentido, é posto em jogo um conjunto de acertos e retificações com a finalidade de estabelecer a significação que um dos locutores pretendeu imprimir ao que enunciava. Como, nesses casos, o autor empírico do enunciado se encontra presente e o sentido é construído *on-line*, torna-se possível que apenas um sentido seja aceito como verdadeiro ao final do jogo de atuação estabelecido entre os parceiros⁴. Com isso, não quero dizer que um texto sempre tenha um sentido

⁴ Não interessa, aqui, retomar o conjunto amplo e variado de aspectos que caracterizam o discurso oral. Basta que se tenha a consciência de que a concepção interacionista de linguagem norteia este trabalho.

JOÃO CARLOS CATTELAN

só e nem que os interlocutores, já que agiram cooperativamente e concordaram quanto ao pretense sentido único do enunciado, tenham conseguido superar a imperfeição da linguagem. Quero apenas dizer que, muitas vezes, os enunciados parecem permitir mais de um sentido, que, no fim, pode ser reduzido a uma leitura só, mas a não-disposição para a negociação faz com que as pessoas se escondam em afirmações como *esta é a minha leitura* e deixem de discutir as possibilidades abertas pelo texto, sendo conduzidas a caminhos, inclusive, de criação de inimizades pessoais. Se a linguagem falha (e ela falha), penso que se deveria perceber que isto acontece também em relação ao leitor e não apenas com relação ao produtor do texto.

PERDA DE TEMPO⁵

Por aproximadamente quinze dias, havia chovido muito e o carro da família já estava bastante sujo. Como os breves intervalos de estiagem já prenunciavam uma nova chuva, o veículo foi sendo deixado nesse estado, aguardando o momento de poder ser lavado. Neste período de tempo, algumas vezes, comentávamos que o carro estava sujo e que devia ser lavado, mas o argumento sempre ocorria no sentido de que era perda de tempo lavá-lo, já que, provavelmente, no dia seguinte, estaria chovendo de novo. Passados uns quinze dias, num sábado,

⁵ Para o enunciado que se apresentará a seguir e se analisará, é óbvio que teorias diferentes e metodologias distintas chegariam a diferentes resultados. Sei disso, mas gostaria de efetuar a análise atendendo apenas ao que é o objetivo estabelecido para este estudo: demonstrar como um texto/discurso/enunciado pode veicular aparentemente mais de um sentido, abrindo possibilidades que, no final da negociação, quando ela acontece, podem ser reduzidas a apenas uma, evitando mal-entendidos.

O LEITORE A LEITURA

começo da tarde, minha esposa me disse: *Vou levar o carro no Amaral pra lavar!* Eu lhe disse que não devia, que era *Perda de tempo!* Ela olhou para o céu e disse: *Mas não vai chover!* É claro que, levando em consideração o contexto imediato de produção do enunciado (o que deve ser feito) e o terreno comum de conhecimento em que os dois interlocutores se moviam, o argumento final é perfeitamente possível e se pode dizer que ele pretendia se contrapor à defesa de que teria pouca utilidade lavar o carro, já que, naquele momento, não parecia haver ameaça de chuva.

- **Vou levar o carro no Amaral pra lavar!**
- **Perda de tempo!**
- **Mas não vai chover!**

Sabendo do que tinha acontecido nos últimos dias: a instabilidade meteorológica, a necessidade de lavar o carro, a não-concordância de um dos indivíduos com a idéia, já que o veículo seria sujo em seguida (este é o território comum em que os dois parceiros se moviam), o primeiro locutor, verificando uma estabilidade momentânea do clima e achando que o outro não irá se opor à idéia, afirma que irá levar o carro para lavar, esperando, obviamente, que não haja oposição à iniciativa, já que não teria argumentos para ser contra ela: *se antes chovia e isto era a razão para que o carro permanecesse sujo, agora não há nada que possa ser posto contra a atitude.* Para surpresa sua, porém, recebe como resposta a afirmação de que isto seria uma perda de tempo, um argumento que vai contra a idéia de levar o carro para lavar. Para o locutor **A**, só pode haver uma explicação para a negativa, mas a idéia de mau tempo não pode ser verificada enquanto fato do mundo. Sendo assim, **A** se sente no direito de contra-argumentar, valendo-se de indícios empíricos e factuais encontrados ao seu

redor – a ausência de nuvens, o sol brilhando, a previsão meteorológica do dia anterior, dentre outros. Parece haver uma só explicação para que **A** produza o último enunciado. Para ele, **B** *deve estar pensando que vai chover e, por isso, conclui que levar o carro para lavar seja uma perda de tempo. Acontece que não há nada no mundo que indique que isto vá ocorrer e A quer que o carro seja lavado. Afirmar que não vai chover, então, é um argumento forte a favor da sua posição e contra a reticência de B.* **A** está se valendo do que antecedeu o evento lingüístico para fazer as inferências que faz e para adivinhar os movimentos de raciocínio que **B** está fazendo. Para **A**, até aí, o enunciado de **B** só possui uma orientação temática possível: **B** está falando de mau tempo e isto é um impeditivo, no seu modo de ver, para a lavagem do carro. Mas o diálogo não termina aí: eis a sua parte final.

A – Vou levar o carro no Amaral pra lavar!

B – Perda de tempo!

A – Mas não vai chover!

B – Hoje vai estar cheio de gente lá!

O último enunciado não parece ter outra finalidade, que não seja retificar a leitura efetuada por **A** para o primeiro enunciado de **B**. Recebendo o enunciado de **A** que diz que não iria chover como comentário à sua afirmação de que levar o carro para lavar seria uma perda de tempo, **B** está, a partir de então, autorizado a inferir que **A** julga que ele pensa que o tempo se prepara para chover naquele momento e que esta seria a razão para a afirmação de que lavar o carro seria perda de tempo. **B** sabe que **A**, apoiado no saber relativo aos dias anteriores que ambos partilham, está deduzindo que ele pensa que os próximos dias serão chuvosos e que, portanto, de nada adiantará lavar o carro, mas não quer que essa inferência possa circular,

O LEITOR E A LEITURA

dado que o seu enunciado não pretende possuir essa orientação significativa. O segundo enunciado que ele produz, então, busca reconduzir o seu discurso para o rumo pretendido e para a orientação temática desejada, tendo uma natureza re-tificadora. O movimento efetuado por **B** é, mais ou menos, o seguinte: *A sabe que eu afirmei que o carro não deve ser lavado enquanto o tempo estiver instável; ora, acabei de afirmar que lavar o carro seria uma perda de tempo; A es-tá, pois, autorizado a pensar que penso que, em breve, deverá chover; mas não é isso que estou querendo dizer; devo, portanto, impedir que ele pense que o meu discurso tenha esta pretensão; a forma de fazê-lo é apresentar um enunciado cujo efeito seja o de retificar as conclusões de A, encaminhando o discurso para o que eu pretendo que seja o seu efeito de sentido; trata-se de fazer com que a linguagem se desopacifique e cure a sua imperfeição.* Quando **B** percebe que o sentido dado ao seu discurso não coincide com aquele que foi pretendido, ele, imediatamente, apresenta um enunciado que desautoriza a leitura efetuada por **A**, mostrando outro caminho interpretativo. Se **A** concluiu que **B** disse que seria uma perda de tempo lavar o carro porque achava que iria chover e não é isso que **B** pretende com o seu discurso, **B**, então, apresenta um enunciado que possui uma outra orientação argumentativa e uma finalidade retificadora, buscando negociar com **A** em que terreno a interlocução deve estar situada doravante; ou seja, **B** não disse que lavar o carro seria uma perda de tempo, porque iria chover e o serviço ou o gasto seriam inócuos; ele acreditava que levar o carro para lavar seria uma perda de tempo, porque, dada a estabilidade climática momentânea, provavelmente, muitas pessoas teriam tido a mesma idéia e o dono da lavagem de carros estaria tomado de serviços.

Se **A** ficasse ensimesmado em sua leitura, permanecendo renitente no efeito de sentido que tinha construído, o texto não cumpriria a função comunicativa que tinha como meta. Se ele buscasse justificar a leitura que tinha feito por meio do amparo em alguma teoria que lhe permitisse mostrar que a falha e o equívoco nem sempre são uma falha ou equívoco, pode ser que a interação não tivesse o desenlace que teve: **A**, que já estava com a chave na mão, largou-a sobre a mesma, desistiu da proposta que tinha feito, sentou-se e continuou a fazer o que estava fazendo. Talvez o fato de estar frente ao autor empírico do enunciado tenha sido um auxílio na negociação do sentido e permitido que a interação fosse levada a bom termo. Embora ele seja um dado elementar e trivial, cotidiano, penso poder afirmar que o exemplo mostra, de forma cristalina, a possibilidade de um enunciado conduzir o leitor para um sentido diferente daquele pretendido pelo seu autor e que, quando se defende que a linguagem é forma de interação, é preciso assumir que o sentido circula com dificuldade, devendo, para a sua determinação, serem considerados o leitor, mas também a obra e o autor. Como se pode ver, não houve por parte de **B** a negação do sentido construído por **A**: é como se ele tivesse percebido que o seu texto significasse também aquilo; houve, sim, de sua parte, a preocupação de mostrar que sentido ele pretendeu dar ao enunciado que tinha produzido. Por fim: que o texto falha, fica óbvio; o problema é imaginar que ele sempre falhe a partir da ótica do locutor e não do interlocutor, que sempre poderia encontrar no enunciado *esta é a minha leitura* uma explicação para as suas atividades bem ou mal realizadas.

O LEITORE A LEITURA

ELE SABE PENSAR SOZINHO

Numa dessas ocasiões típicas da vida acadêmica, a reunião de muitas pessoas num seminário, momento em que as veleidades e as paixões parecem estar mais acirradas, procurei por um docente de renome na minha área, imaginando que poderia ter um pouco do seu tempo para uma conversa e, quem sabe, alinhar alguma coisa em termos de orientação para o meu doutoramento. Acho que não fui o único a ter que se debruar com essa necessidade. A pessoa foi extremamente cordial e agradável e a conversa foi produtiva; para mim, foi (vamos deixar a piada infame da troca de idéias de lado). Quando a conversa havia descambado para as generalidades corriqueiras, acabamos por falar de um amigo comum (meu colega havia tido este docente como seu orientador de mestrado) e eu disse ao professor que ele também tinha interesse em tê-lo como orientador. O diálogo ocorreu como segue.

A – O Pedro também gostaria de ser orientado por você.

B – Não gosto de orientar quem eu já orientei, mas o Pedro sabe pensar sozinho!

Assim que o professor com quem eu conversava acabou de produzir o enunciado, ele me olhou de uma forma diferente, revelando um misto de surpresa e preocupação. O seu olhar acabou por me fazer pensar melhor no enunciado que ele tinha acabado de proferir e percebi, então, de forma consciente, o pressuposto que havia ganhado vida. O que meu parceiro de conversa me disse em seguida foi que a sua surpresa e a sua preocupação, na verdade, haviam sido despertados pelo olhar e pela expressão fisionômica que eu havia produzido, quando ele terminou de falar. Parece necessário trazer à tona o pressu-

posto causador das reações, antes que os dois enunciados que arremataram o diálogo sejam apresentados.

Ao dizer que o Pedro também gostaria de tê-lo como orientador, o primeiro enunciado não faz mais do que explicitar e informar um conteúdo até então desconhecido pelo meu parceiro de conversa. No comentário que ele apresenta como resposta, um conjunto de efeitos de sentido começa a pulular. Dentre eles, alguns podem ser apontados: ao proferir o enunciado, a) o professor poderia estar explicitando um dos seus princípios de conduta; b) ele poderia estar afirmando que não gostaria de ter o Pedro novamente como seu orientando; c) ele poderia estar dizendo que, em geral, alunos de mestrado não sabem pensar sozinhos; d) ele poderia estar tecendo um elogio em relação ao meu amigo; e) ele poderia estar indicando que aceitaria o Pedro como seu orientando de doutorado. Mas nenhum destes efeitos explica por que a minha expressão se tornou indagadora e nem por que ele ficou preocupado de repente. Acontece que o enunciado dele permite a apreensão de efeitos de sentido que estão postos, mas também outros que estão pressupostos, se não subentendidos. Dentre eles, destaco aquele que mais me interessa (não sei exatamente por que): quando diz que o *Pedro sabe pensar sozinho*, o enunciado permite inferir que o professor esteja dizendo que há também quem não saiba fazê-lo. A quem ele se refere: aos alunos de forma geral, aos seus ex-orientandos, a mim que sou seu interlocutor e estou na posição de candidato? De qualquer forma, nunca me tornei seu orientando (embora nem tenha tentado). Talvez o comentário tenha me desestimulado. Enfim, parece razoável afirmar que a minha expressão fisionômica e a surpresa por parte do meu interlocutor estejam ligadas ao pressuposto que o enunciado fazia circular, fosse ele intencionado ou não pelo docente.

O LEITORE A LEITURA

Ao pensar melhor sobre o enunciado que tinha se tornado um problema para ambos, eu perguntei ao meu colega de conversação se ele havia desejado veicular aquele pressuposto e ele disse, com uma serenidade que teve o poder de me serenar naquele momento (e apenas naquele momento, já que volto a falar sobre o acontecimento: devo estar preocupado com a opinião do professor sobre mim), que não e deixamos de falar sobre isso. Eis o diálogo todo.

A – O Pedro também gostaria de ser orientado por você.

B – Não gosto de orientar quem eu já orientei, mas o Pedro sabe pensar sozinho!

A – Você quis dizer que não sei pensar sozinho?

B – Não, só estava pensando sobre o Pedro ser meu orientando outra vez.

Já se identificou qual é o pressuposto causador de assombros e surpresas. Ele poderia, se o leitor quisesse fincar pé no seu direito despótico de determinar as leituras possíveis de um texto, ser fonte de mal entendidos e discórdias e, quem sabe, até de inimizades. Mas a calma serena com que o professor produziu a sua resposta parecia desaconselhar qualquer renitência num suposto lapso de consciência, até porque o conhecimento entre ambos era recente e os homens, em geral, não julgam os demais ao primeiro olhar. Brincadeiras à parte, acho que é possível verificar se o texto produzido permite recuperar os movimentos de leitura feitos pelo produtor do enunciado, sendo razoável, por decorrência, acreditar na sua negativa. Trata-se de descobrir se o primeiro enunciado do professor aceita o efeito de sentido assumido por ele.

Parece perfeitamente possível imaginar que o meu interlocutor tenha pensado da seguinte maneira: *eu tenho por prin-*

cíprio não orientar quem já foi meu orientando (talvez pelo fato de os alunos serem muito dependentes da minha orientação: esta regra permite que eu não repita os mesmos erros) e, portanto, o Pedro está fora dos meus planos; acontece, porém, que o Pedro tem uma qualidade (diferentemente dos demais) que facilita o meu trabalho: ele é autônomo; isso é um argumento a seu favor e, quem sabe, no seu caso, eu possa abrir uma exceção. Como se vê, o professor poderia estar apenas pensando sobre o caso específico do Pedro e emitindo um parecer sobre ele, não querendo, absolutamente, veicular o pressuposto que a imperfeição da linguagem tinha acabado de pôr na sua boca. Ele poderia também estar fazendo a afirmação que fez por acreditar que um discente não deveria ter o mesmo orientador no mestrado e no doutorado para evitar a ocorrência de aliciamento.

De concreto, ao final da análise, penso ser inegável, e o enunciado final do professor concorda com isso, que o pressuposto tenha sido veiculado pelas formas lingüísticas com que ele foi construído. A questão gira em torno de saber se ele pretendia que o mesmo acontecesse ou não: é claro que, então, a discussão sobre a intenção ou não do autor entra em cena e ela é sempre um tema polêmico. Porém, parece que se pode constatar, com uma certa tranqüilidade, que o efeito de sentido explicitado pelo professor seja efetivamente um daqueles possíveis de serem realizados pelo enunciado produzido. Penso ser inadequado que o leitor deste texto, arbitrariamente, determine que apenas a sua leitura seja possível e que outras não possam ter sido veiculadas pelo mesmo enunciado. Que vários sentidos sejam possíveis e fiquem abertos a partir da construção de um enunciado é um princípio quase que evidente: sabendo disso, mais do que nunca, o leitor tem a obrigação de negociar o sentido e compreender que, se a obra é um dos parâmetros que

O LEITORE A LEITURA

ele usa para compreender o discurso veiculado, ele também o é, assim como o autor do enunciado posto em evidência. Se a língua não deixa de ser um conjunto de potencialidades significativas quando tomada em abstrato e como realizadora de puras virtualidades, em contexto e assim que a tridimensionalidade (se não for pluri-) da interação é levada em consideração, o autoritarismo do enunciado *esta é a minha leitura* deve ser superado e a função comunicativa do discurso, o seu jogo de atuação posto em curso, o ato ilocutório pretendido e a intencionalidade do texto (nela, também cabe a intenção do autor, que nem sempre é puro lapso e puro inconsciente) devem ser considerados, sob pena de se apostar num espontaneísmo e numa idiosincrasia que alcança aos limites da individualidade radical, a qual parece se erguer como centro controlador do que ocorre à volta das pessoas, infringindo os já quase apagados princípios da vivência em sociedade.

E EU SOU IRRESPONSÁVEL?

Por ocasião da realização de um concurso na universidade em que trabalho, convidei uma amiga minha para que se inscrevesse e, se fosse aprovada, viesse trabalhar na instituição. Reproduzo o diálogo que ocorreu então: pelo menos, parte dele, evitando, neste momento, que tudo fique demasiado rapidamente resolvido.

A – Você pediu que eu te avisasse, quando houvesse concurso na universidade.

B – Legal, e quando serão as inscrições?

A – E você assumiria, se passasse e obtivesse classificação?

B – Você está me chamando de irresponsável?

Interessante ressaltar, desde já, que nenhum dos turnos de fala se articula exatamente a partir dos enunciados explícitos pela fala do parceiro anterior, e sim sobre os pressupostos ou subentendidos que eles veiculam. Cada um deles se articula sobre aquilo que fica implícito nos enunciados que os antecedem, sugerindo que, a cada passo, uma atribuição de sentido se denuncia e que, dado que o diálogo avança sem maiores problemas (afora o enunciado final), as leituras efetuadas são pertinentes. **B** infere que **A** diz que haverá concurso na universidade; da fala de **B**, **A** infere que ele fará a prova, mas tem dúvidas sobre se assumirá o cargo; da última fala de **A**, **B** infere que ele o está tomando por alguém que poderá ir prestar o concurso, mas que, dada uma razão qualquer (sua irresponsabilidade), não assumirá, se for aprovado. É sobre esta última inferência que a discussão se deterá mais demoradamente, para, ao final, apresentar o último enunciado de **A** e a chegada a um fechamento da negociação do sentido.

Por algum motivo não explicitado até então, seja no plano explícito ou implícito do texto, **A** tem dúvidas sobre se **B** assumiria a vaga do concurso público para docentes, caso ele fosse aprovado. Embora ainda não saiba por que **A** está em dúvida, **B**, antecipada e ditatorialmente, estipula explicitamente a razão que julga acertada para a assertiva: ele seria um irresponsável capaz de se inscrever para um concurso e não assumir a vaga, caso viesse a ter sucesso na realização das provas. Parece razoável pensar que o movimento de raciocínio de **B** tenha sido o seguinte: *A me pergunta se eu, ao fazer o concurso e eventualmente ser aprovado e classificado, assumiria a vaga; ora, para ele me fazer tal pergunta, ele deve ter motivos que o levam a concluir que eu poderia fazer o concurso e, depois, não assumir a vaga, deixando a instituição com algum tipo de problema, já que ela teria que esperar*

O LEITORE A LEITURA

a minha desistência para poder chamar um outro classificado; é razoável supor que a razão para que ele pense assim se deva ao fato de ele me ver como um irresponsável. Ao perguntar a **A** se ele o julga um irresponsável, **B**, então, explicita que razões ele pensa que **A** tem para fazer a pergunta que fez. Se **A** ficasse calado, poder-se-ia concluir que a inferência realizada por **B** teria sido acertada. Mas o diálogo não termina aí. Ele prossegue.

A – Você pediu que eu te avisasse, quando houvesse concurso na universidade.

B – Legal, e quando serão as inscrições?

A – E você assumiria, se passasse e obtivesse classificação?

B – Você está me chamando de irresponsável?

A – Apenas acho que você tem sua família aqui e não iria para lá.

Face ao enunciado proferido por **B**, **A** percebe o movimento de raciocínio efetuado por ele: *ele está achando que eu o considero uma pessoa capaz de ter certas atitudes e não responder pelas suas conseqüências, o que faz com que ele pergunte se eu o considero um irresponsável: mas não é isso que eu quero dizer. A razão que tive para fazer a pergunta que fiz foi outra e devo explicitá-la para evitar mal-entendidos.* **A**, então, profere o enunciado final, buscando, por meio de uma estratégia conversacional de correção, conduzir o discurso para o rumo pretendido, controlando o sentido e impedindo que o seu parceiro fixe uma significação que, definitivamente, não foi aquela que ele pretendeu construir. Para **A**, a razão para perguntar ao interlocutor se ele iria para a universidade em questão se devia tão somente ao fato de saber que o colega tinha família em outro estado, que ele tinha passado a sua vida toda perto dela e que a mesma tinha muita importância

para a sua existência. Talvez, a estas alturas, alguém achasse oportuno recorrer à teoria do inconsciente e dos lapsos, buscando sustentar que a leitura feita por **B** tinha razão de ser e que **A**, ao dizer o que disse, liberou um recalque e manifestou algo de que ele próprio não tinha consciência, revelando que, ao falar, sabia menos do que supunha. Tudo, então, poderia parecer absolutamente assentado, se não fosse a resposta imediata e tranqüila de **A**, dizendo o que disse e que fez com que a conversa se encerrasse por ali mesmo. Talvez, se deva mencionar que **B** fez o concurso, foi aprovado, assumiu a vaga e trabalha na instituição. Além disso, é digno de nota o fato de que **A** foi banca de **B**, que ambos trabalham juntos e a relação entre eles não possui nada de anormal. Com o enunciado final, **A** reconduz o discurso para um terreno diferente daquele construído por **B** e negocia uma outra unidade de sentido, que **B** parece ter aceitado, dada a sua não rejeição às novas bases contratuais estabelecidas para a leitura do enunciado de **A**.

Como se pode perceber, nas atividades dialógicas estabelecidas entre os parceiros de um ato comunicativo, eles se limitam a dizer aquilo que lhes parece o estritamente necessário para que o interlocutor possa compreender o que pretendem dizer, contando com a cooperação do mesmo e esperando o preenchimento das lacunas que ficam a descoberto. Na atividade de preenchê-las, os interlocutores se valem de seus conhecimentos e, ancorados em processos de raciocínio lógico, acabam fazendo inferências que alcançam o sentido que o locutor pretendia, porém podendo estabelecer significações que não vêm ao encontro do pretendido. Neste caso, como se trata de um diálogo ordinário e cotidiano, com os parceiros presentes, a negociação se faz possível e a linha temática do discurso pode ser definida, superando, pontualmente, o fato de a língua ser uma ferramenta imperfeita, ainda que seja apenas pelo fato de

O LEITORE A LEITURA

não poder ser totalmente explícita. Para concluir esta seção, penso que seria necessário apenas, ainda, chamar a atenção para o fato de os parceiros terem aceitado negociar o sentido do enunciado, admitindo, tacitamente, que a língua falha tanto para o locutor quanto para o interlocutor e que a negociação do sentido é algo absolutamente normal nos discursos face a face.

CONCLUSÃO

Não tem sido difícil encontrar casos em que as pessoas produzem textos pretendendo veicular um efeito de sentido e os interlocutores os tomam como gerando outros. Que isso aconteça, não é um grande problema, já que a linguagem é relativamente indeterminada, não contendo todos os ingredientes necessários para a sua interpretação e devendo contar com o conhecimento prévio do leitor. O problema ocorre, quando, apesar de ser evidente que nos textos o sentido é negociado, por algum tipo de absolutização dos parâmetros individuais da leitura, a postura se radicaliza e se chega a defender princípios como *esta é a minha leitura*. Os três exemplos discutidos mostram que um dos parceiros poderia ter fixado posição na leitura que havia feito, o que o faria determinar um efeito de sentido que não seria aquele pretendido pelo locutor. Nos três casos, a negociação foi possível e a recuperação de uma outra base contratual se fez possível.

Vivemos numa sociedade que parece ter relativamente perdido os valores referenciais da ética, da convivência social e da civilidade. É cada vez mais comum ouvir as pessoas dizendo que cada um pode fazer o que quiser, que ninguém tem nada a ver com a vida do outro, que cada um deve encontrar

seus próprios caminhos. Contra a sociedade altamente autoritária, repressiva e dominadora vivida até gerações muito próximas das atuais, agora parece se erigir uma outra, calcada na liberdade, na individualidade e nos valores subjetivos, mas levando esses princípios à tal radicalidade que o sujeito individual passa a ser o fiel da balança das atitudes, comportamentos e princípios vividos no cotidiano. Isto parece ser transferido para a leitura de textos, que nada mais é do que a leitura de um material diferente daquele com que as pessoas convivem, quando lêem as vestes, as opções sexuais, o modo de sentar, etc., dos outros, julgando-os e submetendo-os à sua interpretação, que se torna o elemento balizador para a violência, o sectarismo e a marginalização.

Interessante observar que, embora este seja um problema que não pode ser tratado aqui e nem pelo meu limitado conhecimento de psicologia social e inconsciente coletivo, quando há efeitos de sentido distintos que se encontram em jogo e um deles é mais desagradável que o outro, as pessoas preferem, em geral, ficar com aquele que mais as agride: Seríamos todos nós masoquistas, que adoramos sofrer e nos sentirmos mal amados? Por que achamos que os outros sempre têm más intenções? Seríamos todos partidários da teoria da conspiração? Não me tem faltado oportunidade de observar casos em que, dada a falta de vontade de ouvir o que o outro tem a dizer, as pessoas ficam com os efeitos de sentido que mais lhes desagradam, criando inimizades duradouras e entrando num labirinto de palavras e contrapalavras que não fazem mais do que aprofundar ainda mais os desencontros e desavenças: e o *esta é a minha leitura* tem sido o argumento cabal e definitivo que insidiosamente liquida qualquer discussão. Em nome de uma liberdade que não tivemos, que submetia a uma certa “ética” social toda e qualquer iniciativa de ordem individual, criamos

O LEITORE A LEITURA

uma outra sociedade tão ou mais autoritária do que aquela que criticamos: quando tudo se reduz ao individual e ao *esta é a minha leitura*, não há discussão possível: fecha-se a possibilidade de negociação dos sentidos e se determina que, se a linguagem falha, isto se dá sempre do ponto de vista do autor e não do leitor, que parece ter recebido uma varinha de condão que lhe dá uma onisciência capaz de suprir com absoluta clarividência todas as lacunas textuais.

Para finalizar: não se pode esquecer que, entre o autor e o leitor, existe um conjunto de marcas lavradas em negro sobre um fundo branco, que não podem ser apagadas ou meramente postas de lado. Também não se pode esquecer que, se há um leitor e ele tem expectativas e saberes que se projetam sobre o texto, existe também um autor que projeta o discurso e que pode não superar a indeterminação característica da linguagem, mas é um dos tripés sobre o qual se ancora o processo de construção da significação, que é resultado de um processo interativo e não unilateral e autoritário de produção dos sentidos.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre (et al). *Papel da memória*. (Trad. José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999.

AUTHIER REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. (Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. (Trad. Estela dos Santos Abreu). 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

JOÃO CARLOS CATTELAN

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. (Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al.) 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Estética da criação verbal*. (Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARTHES, Roland. *Aula*. (Trad. Leyla Perrone-Moisés). 6.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

BOTHA, Rudolf P. *The conduct of linguistic inquiry*. Netherlands: Mouton Publishers, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. (Trad. Sergio Miceli e outros). 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. 5.ed. (Trad. Newton Aquiles Von Zuben). São Paulo: Editora Centauro, [s.d.].

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. (Trad. Ephraim Ferreira Alves). 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. (Trad. Maria Manuela Galhardo) Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. (Rev. Trad. Eduardo Guimarães). Campinas: Pontes, 1987.

O LEITORE E A LEITURA

ECO, Umberto. *A obra aberta*. (Trad. Giovanni Cutolo). 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. *O signo de três*. (Trad. Silvana Garcia). São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. *Lector in fabula*. (Trad. Atílio Cancian). São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. *Interpretação e superinterpretação*. (Trad. MF). 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *As formas do conteúdo*. (Trad. Pérola de Carvalho). 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Verdade: uma história*. (Trad. Beatriz Vieira). Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. (Trad. Luiz Felipe Baeta Neves). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *O que é um autor*. (Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro). Lisboa: Veja Passagens, 1992.

_____. *Vigiar e punir*. (Trad. Raquel Ramallete). 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. (Trad. Roberto Machado). 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas sinais: morfologia e história*. (Trad. Federico Carotti). 3.ed. São Paulo: Companhia

JOÃO CARLOS CATTELAN

das Letras, 1999.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. (Trad. Maria Fausta P. de Castro). Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

PAVEL, Thomas. *A miragem lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. (Trad. Eni Orlandi, Pedro de Souza e Selene S. Guimarães). Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi). 2.ed. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al.). 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

POSSENTI, Sirio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras: um ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. (Trad. Luiz Fernando P.N. de Franco). Campinas: Edunicamp, 1990.

SCHMIDT, J. Siegfried. *Lingüística e teoria de texto*. (Trad. Ernst F. Schurmann). São Paulo: Pioneira, 1978.

VYGOTSKI, L.S. *Pensamento e linguagem*. (Trad. Jeferson Luiz Camargo. Rev. José Cipolla Neto). São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Recebido: Julho de 2004.

Aceito: Setembro de 2004.

OLEITORE ALEITURA

Endereço para correspondência:

João Carlos Cattelan
Av. Írio Jacob Welp, 187
Jardim Santa Bárbara
85960-000 Marechal Cândido Rondon, PR
cattelan@brturbo.com